

# Constituinte ensaia o combate ideológico

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As estratégias estão sendo traçadas para o esperado grande combate ideológico na Assembleia Nacional Constituinte. O assunto vai ganhar mais importância, mais destaque e muito mais espaço do que a discussão sobre sistema de governo e duração de mandato do presidente.

Nos debates envolvendo parlamentarismo misto, ou presidencialismo mitigado, e o tempo de governo do presidente Sarney e de seus sucessores, há, sempre, possibilidades de negociações. São temas políticos por excelência. Nesses casos, os políticos sempre encontram a solução possível — sejam eles da esquerda radical, da esquerda moderada, do centro, do centro-direita, conservadores, reformistas, progressistas e de várias outras etiquetas. É importante, mas não é o fundamental.

Importantes e fundamentais serão as decisões econômicas e sociais. Nestes assuntos não pesam a legenda partidária, mas a formação ideológica de cada um. Ou a formação ideológica das respectivas bases que ajudaram cada constituinte a receber o mandato.

O insuspeito governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse outro dia, no Recife, que não será um ano a mais, ou um ano a menos, que vai resolver a crise sócio-econômica. A grande maioria da sociedade, do anônimo salário-mínimo ao mais poderoso empresário, deve estar preocupada, não com quatro, cinco ou seis anos com Sarney governando no presidencialismo ou no parlamentarismo, mas com a indefinição do governo em suas diretrizes sociais e econômicas.

Golpe, ninguém vai dar. Nem de direita nem de esquerda. A discussão em torno do sistema de governo e duração do mandato presidencial não levará ninguém às ruas e praças públicas, com faixas e cartazes, pedindo "Fica Sarney", ou, "Todos os Poderes a Sarney". Nem haverá os de contra, pedindo "diretas já", mas para 88, ou reclamando menos poderes ao presidente, ou pedindo um apelo a fulano de tal para primeiro ministro. Será muito difícil arregimentar Fafá de Belém e Omar Santos em novos "showmícios", a favor dos cinco anos, ou combatendo os quatro anos de Sarney.

Há dois partidos de esquerda — o PMDB não é mais considerado assim — realizaram manifestação popular em Natal, pelas diretas-já. Não participaram nem mil pessoas.

Se em Brasília os políticos às vezes se sentem fora da realidade, quando viajam aos seus Estados percebem que não estão agradando, falando toda a hora em quatro, cinco e seis anos, no presidencialismo mitigado, ou parlamentarismo misto. Os eleitores cobram dos constituintes soluções imediatas ao custo de vida, às remarcações semanais de preços, ao desemprego, à recessão que está dando sinais de vida.

A classe média continua reclamando dos seus representantes providências contra os altos juros dos crediários, contra o compulsório na aquisição de carros, considerando insuficiente a redução pela metade. Todos esperam que a Constituinte resolva tudo. Ai é que está o perigo.

As esquerdas querem saber dos constituintes como será estabelecida a reforma agrária, a política de informática. Os empresários rurais também cobram dos políticos que ajudaram a eleger reação nos que ameaçam suas propriedades, produtivas ou não. Outros precisam saber dos que vão votar a nova Carta como ficarão as políticas de informática, de saúde, de educação, de informação, de concessão de canais de rádio e de televisão.

Os que trabalham para produzir e os que trabalham para consumir querem ser orientados sobre as relações entre patrões e empregados, a estabilidade no emprego, assistência ao empregado, a definição do direito de greve. As entidades assistenciais precisam saber como serão tratados o idoso, o menor, carente, a mãe solteira. Os mais radicais estão curiosos: haverá ou não pena de morte; e a Justiça, continuará cara e lenta? Patrões e empregados estão ansiosos por conhecer reformas na Justiça Trabalhista.

O trabalho dos constituintes é imenso. As subcomissões estão a todo o vapor, logo será a vez das comissões temáticas e, depois, da importante comissão de sistematização.

Terminadas as guerrilhas das comissões, começará a batalha do plenário, em campo aberto, no voto aberto, um a um.

Nas discussões e nas votações não serão decisivos o poderio verbal do líder Mário Covas, os exageros de Amaral Netto, a agitação de Cardoso Alves e José Lourenço, o pragmatismo de Luiz Ignácio Lula da Silva, a frieza de Roberto Campos, o sarcasmo de Delfim Netto, a lógica de Jarbas Passarinho, os argumentos jurídicos de Bernardo Cabral.

Cada matéria a ser submetida à deliberação do plenário já terá sido examinada pelos 559 constituintes. Na hora decisiva, do "sim" e do "não", cada um terá sua própria posição, legendas à parte.

Por isso mesmo, cada batalhão está se preparando para a luta — essencialmente ideológica, inteiramente doutrinária. Ninguém chegou à Assembleia Constituinte ignorando o que iria fazer. Todos sabem a tarefa de cada um. Em questões sociais e econômicas, discurso não muda voto. O voto já está definido desde a posse. O que foi dito nos palanques e nos comícios é coisa do passado. Agora, vai valer a força numérica de cada grupo: Quem pode mais ou quem pode menos.

Tancredo Neves dizia que a minoria grita e a maioria vota. Na constituinte, todos vão gritar e todos vão votar. (F.M.)